

CAPITALISMO, NATUREZA E COVID-19: A CRISE BIOLÓGICA NA CRISE SOCIAL

CAPITALISMO, NATURALEZA Y COVID-19: LA CRISIS BIOLÓGICA EN LA CRISIS SOCIAL

CAPITALISM, NATURE AND COVID-19: THE BIOLOGICAL CRISIS IN THE SOCIAL CRISIS



Letícia LUCIANO¹
e-mail: leticia.luciano@unesp.br

Como referenciar este artigo:

LUCIANO, L. Capitalismo, natureza e COVID-19: A crise biológica na crise social. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 13, n. 00, e024005, 2024. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v13i00.19011>



| **Submetido em:** 06/02/2024
| **Revisões requeridas em:** 19/08/2024
| **Aprovado em:** 15/10/2024
| **Publicado em:** 28/11/2024

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Departamento de Ciências Sociais. Graduada em Ciências Sociais.

RESUMO: O século XXI é caracterizado por desafios ambientais significativos. As crises sociais, decorrentes ou amplificadas por esses problemas, oferecem um retrato das complexidades de nossa época. Este artigo analisa como as esferas do meio natural e social estão interligadas, refutando a antiga concepção de uma “sociedade separada da natureza”, uma vez que ambas se retroalimentam mutuamente. A pandemia da COVID-19 é um exemplo da crise biológica inserida em uma crise social mais abrangente: a crise do capitalismo. Tanto as questões ecológicas quanto as sociais resultam da interação complexa entre sociedade e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Natureza. COVID-19.

***RESUMEN:** El siglo XXI se caracteriza por desafíos ambientales significativos. Las crisis sociales, derivadas o amplificadas por estos problemas, ofrecen un retrato de las complejidades de nuestra época. Este artículo analiza cómo las esferas del medio natural y social están interconectadas, refutando la antigua concepción de una “sociedad separada de la naturaleza”, ya que ambas se retroalimentan mutuamente. La pandemia de COVID-19 es un ejemplo de la crisis biológica insertada en una crisis social más amplia: la crisis del capitalismo. Tanto los problemas ecológicos como los sociales resultan de la interacción compleja entre la sociedad y la naturaleza.*

***PALABRAS CLAVE:** Capitalismo. Naturaleza. COVID-19.*

***ABSTRACT:** Significant environmental challenges characterize the 21st century. The social crises, arising from or amplified by these problems, provide a portrait of the complexities of our time. This article analyzes how the spheres of the natural and social environments are interconnected, refuting the old conception of a "society separate from nature," as both feed into each other. The COVID-19 pandemic is an example of a biological crisis embedded within a broader social crisis: the crisis of capitalism. Both ecological and social issues result from the complex interaction between society and nature.*

***KEYWORDS:** Capitalism. Nature. COVID-19.*

Introdução

O século XXI está atravessado por crises ambientais de diferentes origens e com as mais diversas consequências. Conforme o consenso científico, tomam-se cada vez mais patentes problemas como a crise climática e energética, o problema do desmatamento e poluição de rios, lagos e oceanos. Apesar das diferenças específicas entre regiões e agentes causadores de cada problemática, nota-se uma crise estrutural da natureza e do meio ambiente, concomitante ao acirramento de conflitos sociais contemporâneos. Nesse sentido, faz-se necessário questionar: o colapso ambiental resulta de problemas puramente relativos e originados da ‘esfera natural’?

Com as heranças sócio-históricas decorrentes dos anos da pandemia da COVID-19 e seu entrelaçamento com o modo de produção capitalista, será desenvolvida a seguinte ideia: o meio natural e o meio social não são esferas separadas ou “puros”, mas interagem de maneira que resultam em modificações estruturais. A maneira específica pela qual o modo de produção capitalista se relaciona com a natureza será abordada com base no conceito de natureza de Karl Marx, conforme analisado por Rodrigo Duarte em sua obra *Marx e natureza em O Capital*. Este conceito leva em consideração a lógica do capital, que é sempre invasiva, imperativa e desenfreada, e como essa dinâmica específica de interação com a natureza dá origem a diferentes fenômenos sociais e biológicos. O texto de Chuang (2020), intitulado *Contágio Social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China*, será utilizado como apoio para refletir sobre o capitalismo e a natureza no mundo contemporâneo, bem como suas diversas consequências e alcances fenomenológicos. A obra *A gente precisa lutar de todas as formas: Povos Indígenas e o enfrentamento da covid-19 no Brasil* também será utilizada para analisar a perspectiva de outro país no mesmo contexto, com foco nos aspectos socioambientais.

O objetivo é entender o entrelaçamento entre as esferas do meio natural e social, mais especificamente, entre a natureza e a sociedade capitalista contemporânea. Ao mobilizar o pensamento marxiano, pretende-se demonstrar que tal entrelaçamento é inerente ao capitalismo desde, ao menos, a forma analisada por Marx no século XIX. Os registros relativos à pandemia de COVID-19 têm o propósito de ilustrar como esse entrelaçamento se manifesta na contemporaneidade, evidenciando sua concretude. Importa ressaltar que adotar a perspectiva marxiana não implica uma crítica moral à relação entre capitalismo e natureza, mas sim a demonstração de que esse entrelaçamento resulta da historicidade atribuída ao conceito de natureza dentro do sistema capitalista.

O meio natural e o meio social

O ser humano habita o meio em que vive. A construção de uma casa, como a conhecemos hoje, em suas diversas formas e composições, tem uma origem; sua matéria não está pré-formada. Os tijolos e outros materiais utilizados na construção das casas urbanas modernas passam por uma série de processos manuais e/ou industriais até chegar ao ponto de abrigar a maior parte da população cotidianamente. As diferentes substâncias são extraídas e modificadas pela atividade humana — uma definição que Karl Marx emprega ao conceber parte do conceito de trabalho no sistema capitalista. Habitar o planeta Terra, não apenas no tempo contemporâneo, mas também nas sociedades capitalistas, implica muito mais do que simplesmente ocupar um determinado local; envolve apropriar-se desse espaço, extraindo e transformando seus recursos e atributos para satisfazer as necessidades humanas, como alimentação, produção e reprodução.

Diferentemente das épocas passadas, atualmente o planeta inteiro está submetido a um determinado modo de produção. Ou seja, interagimos e nos relacionamos com a natureza de uma forma específica para implementar esse modelo sistêmico e estrutural capitalista. Mesmo que existam países declaradamente comunistas ou socialistas, a hegemonia e o impacto do capitalismo são tão intensos que tais países, como China, Vietnã, Laos, Coreia do Norte e Cuba, ainda sofrem interferências da economia dominante externa a eles, seja no âmbito econômico, social ou biológico, como será abordado nesta discussão. No entanto, isso não implica afirmar que todos os problemas ambientais em curso derivam exclusivamente do sistema capitalista, nem que não existam resistências e espaços de luta. O objetivo aqui é destacar o modo pelo qual a sociedade se apropria do meio natural para a produção global, levando em consideração a maioria dos países inseridos neste sistema. Como será exposto, esse modo de organização possui um nome e, como demonstrado, uma dinâmica específica.

O texto *Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China*, um coletivo marxista chinês, descreve de forma sinestésica como a lógica do capital invade e se infiltra, criando capilaridades nas profundezas das florestas mais distantes, chegando a moldar e propiciar a existência e propagação de vírus.

[...] primeiro, é uma abertura instrutiva na qual podemos revisar questões substanciais sobre como a produção capitalista se relaciona com o mundo não humano em um nível mais fundamental – como, em resumo, o “mundo natural”, incluindo seus substratos microbiológicos, não pode ser entendido sem referência a como a sociedade organiza sua

produção (porque os dois não são, de fato, separados). Ao mesmo tempo, é um lembrete de que o único comunismo que merece esse nome é aquele que inclui o potencial de um naturalismo totalmente politizado (Chuang, 2020, p. 20).

O fato é que a 'esfera natural' já está subordinada a um sistema capitalista totalmente globalizado que conseguiu alterar as bases do sistema climático global e devastar tantos ecossistemas pré-capitalistas que o que sobrou não funciona mais como antigamente. [...]. A realidade, então, é que é impróprio pensar nessas áreas como a "periferia" natural de um sistema capitalista. O capitalismo já é global e totalizante. Ele não tem mais um limite ou uma fronteira com alguma esfera natural e não capitalista para além dele [...] (Chuang, 2020, p. 46).

O Coletivo Chuang elabora a ideia de que a origem da pandemia da COVID-19 não foi estritamente um infortúnio biológico da natureza, decorrente apenas de combinações e mutações "naturais", mas sim uma consequência da submissão do meio natural ao nosso modo de produção. O coletivo traça o cenário da luta de classes na China, mais especificamente na cidade de Wuhan, conhecida, junto de outras três cidades chinesas, como "fornalha", devido ao seu verão intensamente quente e úmido. No entanto, no manifesto, essa designação assume um novo significado, referindo-se ao local de funcionamento das fábricas como "A Fornalha", um ambiente extremamente quente em razão da concentração de indústrias siderúrgicas em um núcleo de concreto. Como afirmam: "para além das quatro fornalhas, então, encontra-se uma fornalha mais fundamental subjacente aos centros industriais do mundo: a panela de pressão evolutiva criada pela agricultura e urbanização capitalistas" (Chuang, 2020, p. 23).

Refletir sobre o conceito de natureza pode ser complexo, pois sua definição abrange diversas áreas do conhecimento, perspectivas teóricas e culturais. A palavra em si carrega uma multiplicidade de significados. No pensamento ocidental, a natureza sempre foi chave para o desenvolvimento do conhecimento, tanto nas ciências naturais quanto nas humanas, e, em sua maioria, o ponto de partida trata-se da relação entre homem e natureza. Para discutir esse conceito a partir de uma perspectiva marxiana, é necessário, antes de tudo, elaborar a historicidade da natureza. Ao tratar de Karl Marx e sua teoria social sobre o funcionamento do capitalismo, não se pode ignorar seu método materialista histórico-dialético, o que implica analisar o objeto em questão à luz da história, a fim de compreender sua dinâmica social.

Rodrigo Duarte, em sua obra *Marx e a Natureza em O Capital*, aborda a relação entre natureza e história, destacando a diferença entre história natural e natureza histórica, ou seja, entre a história "percorrida" pela natureza e a "historicidade" como uma "qualidade natural" da

sociedade. Seu ponto de partida para tal diferenciação são passagens dos escritos de Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, com destaque para uma em particular:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, a história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas quanto à história dos homens, será preciso examiná-la (Engels; Marx, 2007, p. 86-87).

O artigo de cunho geográfico *História Natural, História da Natureza e História Ambiental: três histórias sobre uma grande ideia*, de Freitas (2014), também sugere a existência de uma “história da natureza” (além da história ambiental, como explicitado no próprio título), cujo conteúdo trata de como o pensamento ocidental abordou a ideia de natureza ao longo de seu desenvolvimento. Duarte explica que, na história natural, se trata de todo o percurso biológico, físico e químico de seres vivos, plantas e minérios ao longo da existência planetária. Ou seja, é o caminho traçado pela natureza e o trajeto evolutivo que possui uma história a ser contada e sistematizada. De acordo com o artigo de Freitas (2014), na história natural, antes de se tornar o que hoje são chamadas de ciências naturais, o termo era utilizado como um guarda-chuva que englobava todos os aspectos do mundo natural dentro de uma grande área do conhecimento, sem as devidas especificações. Foi no final do século XVIII que Georges Cuvier (1769-1832), em sua obra *Quadro elementar da história natural dos animais*, apresentou uma definição mais aceita, na qual a história natural, ou como ele mesmo denomina:

‘ciência natural’ ou a física tem por meta o estudo dos seres móveis e extensos que nós chamamos de corpos. Esta ciência se divide em história natural geral e em história natural particular. A primeira considera isoladamente as propriedades comuns à maior parte e examina cada uma de suas propriedades. A física particular ou a história natural particular tem por objetivo aplicar especialmente aos numerosos e variados seres existentes na natureza, as leis reconhecidas pelos diversos ramos da física geral, a fim de explicar os fenômenos apresentados por cada um desses seres. A história natural geral abrange em um único olhar, todos os corpos naturais, assim como, o resultado comum de todas as suas ações no grande conjunto da natureza, determinando as leis de coexistência de suas propriedades. Ela estabelece, entre os diferentes corpos, os graus de semelhança, o que permite classificá-los. A história natural geral só poderá ser concluída quando se tiver completado as histórias naturais particulares de todos os corpos naturais (Cuvier, 1798, p.1 – 4).

Desse modo, é possível afirmar que, até meados do século XIX, o cerne da história natural e sua definição giravam em torno de uma construção descritiva e enumerativa. Com o aprofundamento dos estudos sobre o mundo natural e o esforço dos pensadores em descobrir as estruturas internas das mais variadas espécies, assim como o funcionamento e engendramento dos corpos e das dinâmicas químicas e biológicas, a história natural passa a ser também classificatória. Além disso, antes do século XX, ela começa a se individualizar, especificar e dividir, pois o termo “história natural” torna-se obsoleto devido à sua generalidade e uniformização dos conhecimentos. Assim, surgem as ciências naturais, cada uma com sua especificidade. Por outro lado, desenvolve-se e são feitas diferentes utilizações da ideia de natureza ao longo da trajetória histórica da sociedade e do conhecimento, o que Freitas (2014) denomina de *História da Natureza*.

De maneira geral, pode-se afirmar que a história natural gira em torno da questão física e corpórea, enquanto a história da natureza refere-se ao estudo da relação entre o ser humano e a natureza a partir de uma perspectiva sociológica. Embora permeie outros campos das humanidades, como a filosofia e a geografia, nesta última trata-se do estudo da relação social entre o indivíduo/grupo e o ambiente. Retomando a caracterização de Duarte, a natureza histórica é precisamente o que nos interessa para fazer a conexão fundamental entre o pensamento marxiano/marxista e a ecologia. O significado atribuído à palavra “natureza” refere-se ao que é natural, partindo do termo em latim: *natura*, *nato*. Ou seja, o ser humano é naturalmente histórico, possuindo uma origem histórica. O uso do termo “nato” não significa inato, como se os seres humanos nascessem com a história embutida em seus supostos “espíritos”, mas sim que, enquanto seres sociais, são natos da história, assim como ela é nativa dos seres humanos.

Nesse sentido, não somente o ser humano possui natureza histórica, mas também a própria natureza. Ou seja, os rios, mares, plantas, animais e minérios possuem natureza histórica, pois, como exposto até aqui, mantêm uma relação dialética e íntima com a atividade humana em seu meio ambiente. Suas alterações, efeitos e crises são, em grande parte, resultados da ação das pessoas sobre o planeta Terra, ação que, por sua vez, também é histórica. Na obra *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista* Georg Lukács aponta que a história não serve apenas como uma ferramenta meramente descritiva do contexto sócio-histórico que permeia um objeto, no caso uma relação social a ser estudada, mas como a própria raiz de onde derivam todas as relações sociais. Com isso, Lukács oferece uma rica interpretação

do método materialista histórico-dialético de Marx, explicando como a dialética é histórica e a história é movimento, construção e processo.

[...] uma crítica histórica. Ela dissolve sobretudo o caráter fixo, natural e não realizado das formações sociais; ela as desvela como surgida historicamente e, como tal, submetidas ao devir histórico em todos os aspectos, portanto, como formações predeterminadas ao declínio histórico. Por conseguinte, a história não ocorre somente dentro do domínio de validade dessas formas, segundo o qual a história significaria apenas a mudança de conteúdos, de homens, de situações etc., com princípios sociais eternamente válidos. [...]. Mas ela é, antes, justamente a história dessas formas, sua transformação como formas da reunião dos homens em sociedade, como formas que, iniciadas a partir de relações econômicas objetivas, dominam todas as relações dos homens entre si (e assim também as relações dos homens consigo mesmo, com a natureza, etc.) (Lukács, 2003, p. 135- 36).

A natureza fez e continua a fazer parte do processo histórico e dialético da sociedade. Isso implica que a natureza não é puramente biológica, geográfica, física ou química; sua análise e estudo não se limitam aos aspectos “naturais”, entre aspas, pois, na sociedade, nada é puramente natural, incluindo a própria natureza, de seu funcionamento ou desdobramentos, mas também ao seu aspecto histórico. Assim, a natureza também é histórica e social.

A relação dialética entre o meio natural e o social não significa que ela ocorra entre polos diametralmente opostos ou localizados em extremos. A explicação sobre a natureza histórica (tanto do ser humano quanto da natureza) expõe a visão de que natureza e história não são conceitos contrários e separados, como se a única circunstância em que interagissem fosse apenas em uma figura “yin e yang”. Ambos são simultâneos. Ou seja, nem a História Natural, nem a História da Natureza devem se dissolver na perspectiva de natureza histórica da sociedade, na “história da humanidade”, ou vice-versa, pois, na realidade, a história da humanidade também é a história da natureza, não apenas da maneira como foi descrita até então, mas no sentido de que a natureza compõe a história humana, ao estar intrinsecamente ligada à nossa subsistência e modo de produção.

Como foi dito, a natureza possui historicidade e constitui o palco em que a vida em sociedade se desenvolve, não apenas como pano de fundo ou cenário, mas também como meio e conteúdo. A forma como interagimos com e agimos sobre a natureza não foi sempre a mesma, tanto cronologicamente quanto geograficamente, devido aos mais variados motivos de ordem social e cultural. Assim, de acordo com cada modo de produção e reprodução existente, o ritmo e a dinâmica entre sociedade e natureza se alteram e possuem sua própria especificidade. O

modo de produção de uma determinada sociedade diz respeito a um aspecto sistêmico, resultado de uma construção histórica e social. A interação entre o ser humano e a natureza sempre existiu, afinal, nossa origem é planetária, mas essa interação muda conforme a época histórica. Nos primórdios da humanidade, as alterações feitas no meio ambiente pelo homem eram mínimas e limitadas ao necessário para a subsistência. Com o surgimento da agricultura, ocorre uma mutação: gradativamente, a ação do indivíduo sobre a natureza cresce e se intensifica. Mais do que isso, com o surgimento do sistema capitalista e a incorporação da agricultura neste modo de produção, surge a necessidade de produção para a extração de mais-valia, em consonância com a busca incessante do capital por lucro.

No capitalismo, é importante ressaltar que essa relação, assim como a relação entre ser humano e natureza, afinal, o ser humano constrói sua própria história, é mediada pela indústria, que, por sua vez, é movida pela lógica do capital. Nesse modo de produção, não se trata apenas da atividade do indivíduo sobre o meio físico, mas, antes de qualquer coisa, da ação do capital sobre a natureza.

O encontro de dois cantos do mundo

A necessidade intrínseca ao capitalismo de buscar incessantemente a criação de mais-valia e a acumulação de capital, somada ao processo de apropriação da natureza, resulta inevitavelmente em um excesso de “extração” e utilização dos recursos naturais, para além do necessário para a satisfação das necessidades humanas, bem como além dos limites planetários. Isso não implica dar razão aos chamados (para retomar a expressão de Michael Löwy) “ambientalistas radicais”, defensores da visão de que a única solução para os problemas ambientais seria abdicar totalmente da vida tecnologicamente desenvolvida, mas sim sustentar a perspectiva de que a produção e a reprodução social não devem ser pautadas e guiadas pela lógica do capital, pois, no século XXI, ao falar em “necessidades humanas”, quer-se referir não apenas às necessidades fisiológicas.

O colonialismo protagonizado pelos países do Norte Global, termo utilizado para se referir aos países chamados de ‘desenvolvidos’, como exemplificado na obra *Modo de vida Imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global*, já evidenciava sua característica de exploração humana e ambiental, também dominante. Ricardo Junior de Assis Fernandes Goncalves, em *Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil*, evidencia que,

Desde que os conquistadores europeus pisaram nos solos do continente americano, nas ilhas caribenhas ainda no final do século XV e início do XVI, a história não cessou de ilustrar páginas de conflitos e genocídio dos povos originários, esgotamentos de solos férteis, metais e pedras preciosas (Gonçalves, 2017, p. 4)

A lógica colonial está interligada à lógica do capital. A expropriação de terras, florestas, solos, lagos, animais e pessoas é uma história antiga que persiste e impacta os povos originários até os dias atuais. No Brasil, esse processo se desenrolou ao longo de séculos, transitando da completa dominação e escravidão para a estigmatização, exclusão, negligência e tutela.

Com o advento do capitalismo, surgiu o Estado, instrumento do sistema para a reprodução e disseminação dos interesses da classe dominante. Desde sua instauração, o Estado apropriou-se das discussões sobre os direitos e deveres dos povos indígenas brasileiros, justificando-se pela ideia de tutela. De acordo com Celia Correa, professora e ativista indígena do povo Xakriabá de Minas Gerais, e atual deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em sua dissertação intitulada *O Barro, o Genipapo e o Giz no Fazer Epistemológico de Autoria Xakriaba: Reativação da Memória por uma Educação Territorializada*, a tutela estatal, disfarçada de proteção e cuidado, visa dominar e aprisionar, negando até mesmo o acesso a políticas públicas “com autoridade”.

Quando discorremos sobre o processo de tutela verifica-se que o Estado, desde sua existência, sempre atuou com um arranjo institucional amparado nos parâmetros jurídicos ocidentais, se apropriando daqueles nossos sistemas de justiça tradicional, visando exercer e dar continuidade a um domínio colonizador, assumindo o protagonismo de nossas próprias vidas e situações que nos dizem respeito. Embora existam significativos processos que expressam resistências por parte dos povos indígenas, o Estado brasileiro não incorporou os parâmetros jurídicos sobre o fim da tutela, uma vez que até hoje vivemos uma tutela sistêmica sob o ponto de vista da estrutura política, por exemplo quando ficamos à mercê dos processos de decisão que são regulados pelo Congresso Nacional, por meio da bancada ruralista, como podemos perceber em meio aos discursos tutelares e racistas, reiterados recentemente a público no contexto de debate sobre a discussão do chamado ‘marco temporal’ (Correa, 2018, p. 64).

Genocídio, de forma geral, é um termo que, no contexto do português-brasileiro, significa “o assassinato de um povo por parte do governo”, motivado por questões étnicas, raciais, culturais, entre outras. Esse ato pode ocorrer de maneira direta, por meio de violência física, ou indireta, como ocorre quando há negligência em relação a políticas públicas. A

tutelagem, além de ser uma estratégia de controle, pode ser associada a um mecanismo de permissão genocida estatal, acionado pelo Estado quando lhe convém. A própria forma de caracterização dos povos indígenas pelo Estado configura um apagamento desse povo, uma vez que, muitas vezes, por órgãos de saúde ou para fins estatísticos, são classificados como ‘pardos’ ou sequer são contabilizados. Isso gera dificuldades, por exemplo, na alocação de recursos para o atendimento de saúde pública destinado a essa população.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, milhares de brasileiros perderam suas vidas, mas os povos indígenas, devido ao seu isolamento e à maior vulnerabilidade frente a infecções, ficaram ainda mais expostos ao vírus. Além disso, foi negado ao povo brasileiro, durante meses, o acesso a vacinas que já estavam disponíveis, em razão de interesses políticos do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que contribuiu para o negacionismo científico relacionado à imunização. De acordo com o site do ISA (Instituto Socioambiental),

a Covid-19 se alastra pelos povos indígenas. Mostramos como o Estado brasileiro não só foi omissivo como ajudou o vírus a se espalhar. Três casos foram os mais comuns: profissionais da saúde que levaram o vírus para aldeias, garimpeiros e grileiros que aumentaram as invasões durante a pandemia e indígenas que se contaminaram ao buscar o auxílio emergencial na cidade (ISA, 2020).

Ou seja, centenas de anos depois, a história se repete, agora com o *neocolonialismo* e o *neoextrativismo*. O vírus, originado do outro lado do mundo na fornalha industrial, derivado da apropriação capitalista da natureza e das grandes indústrias que exploram os recursos naturais e suas misturas tóxicas, chega novamente aos povos da América Latina. E agora, quando deveriam ter a proteção que o Estado supostamente oferece, ou a suposta biotecnologia infalível e democrática dos grandes laboratórios detentores das patentes de vacinas, esses povos morreram em 2020 como já haviam morrido em 1500.

A Gente Precisa Lutar de Todas as Formas: Povos Indígenas e o Enfrentamento da covid-19 no Brasil, é uma análise descritiva e rica em detalhes dos impactos da pandemia sobre os povos originários brasileiros. O estudo apresenta datas das primeiras mortes, fontes precisas e confiáveis, subnotificações de óbitos, negligência governamental, reuniões e assembleias dos indígenas, bem como relatos de garimpeiros e grileiros durante a pandemia.

Já no dia 9, um jovem Yanomami de 15 anos também faleceu em decorrência da Covid-19. Em nota, a APIB informou que foi a terceira vida indígena perdida para o novo coronavírus em menos de um mês, denunciando que apenas esse caso foi registrado pela SESAI, por se

tratar de um indígena ‘aldeado’. O documento destacava ainda a existência de garimpos ilegais próximos à aldeia do jovem, reforçando os alertas acerca da necessidade de proteção dos territórios indígenas e de retirada dos invasores da TI Yanomami, que vêm enfrentando uma nova corrida por ouro (Alarcon; Pontes, 2022, p. 48).

A causa das mortes durante a pandemia da COVID-19 não se deve exclusivamente à ação viral no organismo humano. O contágio não é apenas biológico, mas também social. O texto citado evidencia a forma de relação com a natureza e suas consequências para os povos originários dos territórios alvos de garimpo ilegal. O Brasil está contaminado há tempos pela lógica de exploração e dominação da natureza, antes pelo imperativo colonial e, hoje, pelo imperativo colonial/capitalista.

Por um lado, Wuhan, como manifestação da grande indústria do século XXI, é o palco de indústrias que produzem automóveis elétricos e híbridos. Ironicamente, a proposta desses produtos é a mobilidade limpa, que traria menores prejuízos à natureza e, conseqüentemente, à vida dos seres. No entanto, seu modo de produção continua a contribuir para a deterioração de ambos, com um ambiente propício a mutações biológicas perigosas e consequências imprevisíveis, resultantes da exploração incansável dos trabalhadores, como sugerido por Chuang (2020). Por outro lado, nas florestas brasileiras, ocorreram grandes queimadas em 2020 que, ao invés do calor úmido da fornalha chinesa, trouxeram o calor seco, formando uma cortina de fumaça que, juntamente com o caos da COVID-19 no país, evidenciou o genocídio das populações indígenas e/ou aquelas próximas a zonas de desmatamento, como consequência e contribuição (na lógica do capital) do extrativismo e garimpo ilegais.

Considerações finais

A leitura de Duarte sobre o conceito de natureza no pensamento marxiano permite uma análise mais aprofundada da relação entre sociedade e natureza, entendendo-a além de uma mera interação. Ela possibilita reconhecer a farsa da separação estrita desses campos, tanto como objeto de estudo quanto como modo de leitura do mundo. A história da natureza e a natureza histórica da sociedade corroboram essa colocação.

No entanto, não basta apenas evidenciar a relação intrínseca entre o meio natural e o meio social; é preciso perceber que ambos, já que não se separam, estão tomados por uma dinâmica histórica específica do modo de produção, que se espalha e se infiltra para além da esfera econômica, podendo afetar todo um ecossistema, além da forma social. O capitalismo não só modifica o meio natural, como também não possui freio, visto que a lógica do sistema é

a acumulação, o que implica na incessante invasão e transgressão de limites naturais para a manutenção da constante produção, visando alcançar o objetivo maior do funcionamento capitalista.

As florestas brasileiras não se diferem tanto da ‘grande fornalha’. Apesar do contraste entre o verde de um lado e o cinza de outro, divididos por praticamente meia circunferência de um oceano azul, ambos os territórios compartilham a mesma exposição ao risco da vida, que não se limita a esses espaços geográficos. Cada um deles pode ser o palco do início, meio e fim da produção de catástrofes biossociológicas. A contínua modificação da natureza pela grande indústria resulta em consequências imprevisíveis para a saúde do planeta, dos seres vivos e para as relações sociais, como as condições de trabalho dos proletários de Wuhan, a vida dos habitantes e o ambiente propício ao desenvolvimento de vírus nocivos, ou o genocídio da população brasileira e indígena devido à COVID-19 e à ‘corrida pelo ouro’ (e tantos outros minérios e desmatamento) nos anos de 2020, 2021 e 2022.

REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F.; PONTES, A. L. de M. **A gente precisa lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

CHUANG, C. **Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. Trad. Amauri Gonzo. São Paulo: Veneta, 2020. (Coleção Baderna).

CORREA, C. N. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CUVIER, G. **Tableau élémentaire de l’histoire naturelle des animaux**. Paris: Badouin, 1798.

DUARTE, R. A. P. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. Coleção FILOSOFIA.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREITAS, I. A. História natural, história da natureza e história ambiental: três histórias sobre uma grande ideia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 153-175, 2014.

GONÇALVES, R. J. de A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 38-55, 2017. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133593.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Covid-19 e os Povos Indígenas**. 2020. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof^o Dr. Antonio Ianni Segatto e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho não foi submetido a um comitê de ética.

Disponibilidade de dados e material: Todos os livros precisam ser adquiridos, os artigos e sites podem ser acessados através dos links indicados nas referências.

Contribuições dos autores: Letícia Luciano foi responsável pela leitura das obras, pela redação e revisão do texto.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

